



AS POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO MUNICÍPIO DE POÇÕES – BA

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira ¹

Fernanda Viana de Alcantara ²

José Eloízio da Costa ³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas de gênero e sexualidade no município de Poções – BA, ao buscar compreender como essas ações se desenvolvem no território e quais impactos geram na reprodução social, nos direitos humanos e no desenvolvimento territorial. Parte-se da concepção de território como espaço de poder, disputas e significados, no qual se materializam desigualdades e resistências relacionadas às identidades de gênero e condição sexual. O estudo fundamenta-se teoricamente em autores como Raffestin, Haesbaert, Souza, Butler, Ornat, Silva Paula, Meira, Ferreira e Sen, que discutem as relações entre território, poder, emancipação e justiça social. Como procedimentos metodológicos, foram realizados levantamento bibliográfico, pesquisa documental e trabalho de campo, com observações e entrevistas junto ao Coletivo Nós da Diversidade e ao Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência. Os resultados revelam que Poções apresenta avanços, como a criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ e a ampliação das ações do CAMVI, que fortalecem as redes de apoio e os espaços de diálogo. Contudo, ainda há fragilidades, como a ausência de um Conselho Municipal de Mulheres, a descontinuidade de políticas e a carência de integração entre o poder público e a sociedade civil. Conclui-se que o fortalecimento das políticas de gênero e sexualidade no município depende da consolidação de mecanismos de participação social, da formação cidadã e do compromisso institucional em promover a equidade, o respeito à diversidade e a inclusão social como fundamentos do desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Território; Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas; LGBTQIA+; Mulheres.

ABSTRACT

This study aims to analyze public policies on gender and sexuality in the municipality of Poções – BA, seeking to understand how these actions are developed within the territory and what impacts they generate on social reproduction, human rights, and territorial development. It is based on the conception of territory as a space of power, disputes, and meanings, in which inequalities and resistances related to gender identities and sexual condition are materialized. The research is theoretically grounded in authors such as Raffestin, Haesbaert, Souza, Butler, Ornat, Silva, Paula, Meira, Ferreira, and Sen, who discuss the relationships between territory, power, emancipation, and social justice. Methodologically, the study employed bibliographic review, documentary research, and fieldwork, including observations and interviews conducted with the “Nós da Diversidade” Collective and the Center for Support to Women in Situations of Violence. The results show that Poções has made progress, such as the creation of the

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, lucasaguiar04@hotmail.com;

² Co-orientadora, Doutora em Geografia (UFS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, fernanda.alcantara@uesb.edu.br;

³ Orientador, Doutor em Geografia (UNESP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, eloizocosta@academico.ufs.br;



Municipal LGBTQIA+ Council and the expansion of CAMVI's actions, which have strengthened support networks and spaces for dialogue. However, there are still weaknesses, such as the absence of a Municipal Council for Women, policy discontinuity, and a lack of integration between the public sector and civil society. It is concluded that the strengthening of gender and sexuality policies in the municipality depends on the consolidation of social participation mechanisms, civic education, and institutional commitment to promoting equity, respect for diversity, and social inclusion as foundations of territorial development

Keywords: Territory; Territorial Development; Public Policies; LGBTQIA+; Women.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las políticas públicas de género y sexualidad en el municipio de Poções – BA, buscando comprender cómo se desarrollan estas acciones en el territorio y cuáles son sus impactos en la reproducción social, los derechos humanos y el desarrollo territorial. Se parte de la concepción del territorio como un espacio de poder, disputas y significados, en el cual se materializan las desigualdades y resistencias relacionadas con las identidades de género y la condición sexual. El estudio se fundamenta teóricamente en autores como Raffestin, Haesbaert, Souza, Butler, Ornat, Silva, Paula, Meira, Ferreira y Sen, quienes discuten las relaciones entre territorio, poder, emancipación y justicia social. Como procedimientos metodológicos, se realizaron revisión bibliográfica, investigación documental y trabajo de campo, con observaciones y entrevistas al Colectivo “Nós da Diversidade” y al Centro de Apoyo a la Mujer en Situación de Violencia. Los resultados revelan que Poções presenta avances importantes, como la creación del Consejo Municipal LGBTQIA+ y la ampliación de las acciones del CAMVI, que fortalecen las redes de apoyo y los espacios de diálogo. Sin embargo, aún existen fragilidades, como la ausencia de un Consejo Municipal de Mujeres, la discontinuidad de políticas y la falta de integración entre el poder público y la sociedad civil. Se concluye que el fortalecimiento de las políticas de género y sexualidad en el municipio depende de la consolidación de mecanismos de participación social, de la formación ciudadana y del compromiso institucional para promover la equidad, el respeto a la diversidad y la inclusión social como fundamentos del desarrollo territorial.

Palabras clave: Territorio; Desarrollo Territorial; Políticas Públicas; LGBTQIA+; Mujeres.

INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte do trabalho de dissertação Desenvolvimento Territorial e as Políticas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano e teve como objetivo compreender as ações e as políticas públicas de Gênero e Sexualidade na Bahia, em particular neste texto, os desdobramentos do município de Poções - BA.

O município de Poções situa-se no interior da Bahia, localizado na região sudoeste do estado em relação à capital Salvador, o município também compõe o Território de Identidade Sudoeste Baiano (conforme figura 01), e fica distante cerca de 450,9 Km da capital baiana, de

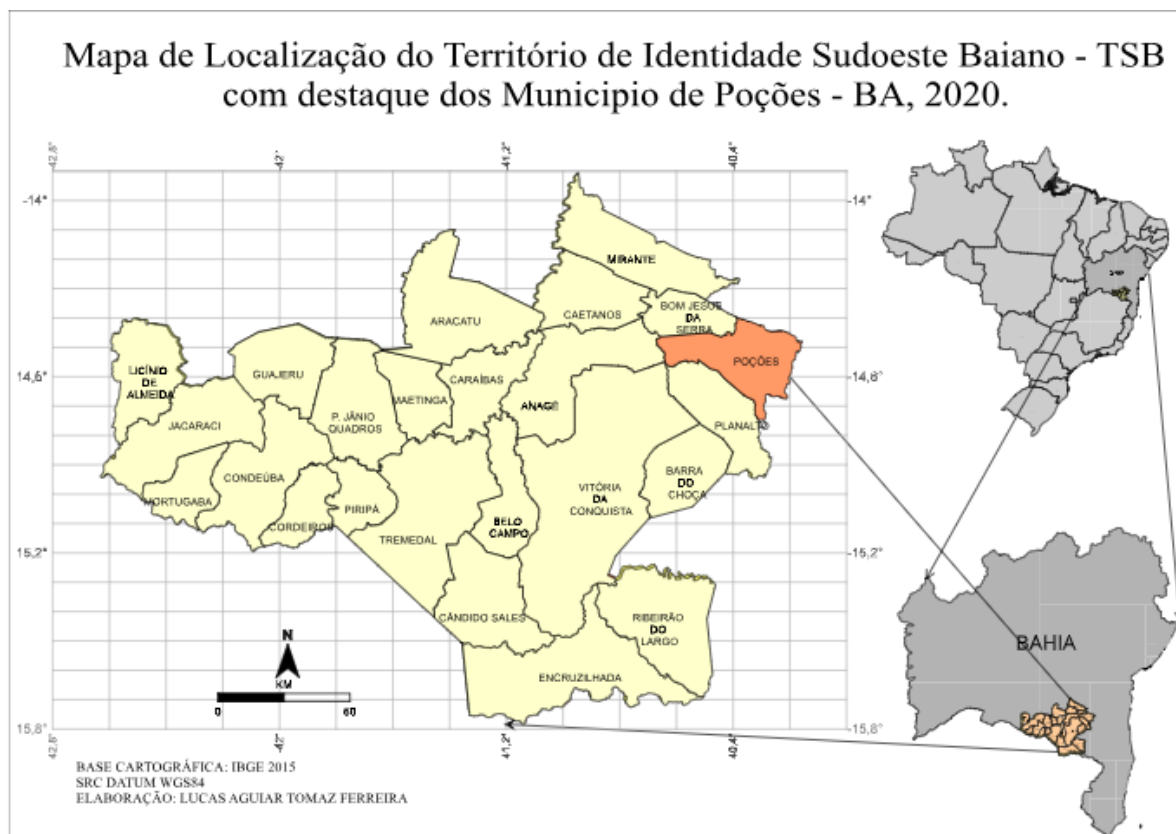


acordo com S. Silva (2017), trata-se de um município cuja produção socioespacial apresenta características próprias.

O município de Poções, no Estado da Bahia tem características de pequeno porte respectivamente à cidade segue essa peculiaridade, que não interfere na produção do espaço urbano, ao mesmo tempo a valorização dos espaços dentro do perímetro urbano, cada espaço urbano ou bairro com dinâmica própria e traços que expõe um valor respectivo pelo lugar em específico (S. Silva, 2017, p.15).

Na contribuição de S. Silva (2017) sobre Poções - BA, observa-se que, apesar de seu pequeno porte, a produção do espaço urbano é bastante significativa. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), o município possui uma população estimada em 51.773 habitantes e densidade demográfica de 51,49 hab/km², com mais da metade dos moradores concentrados na área urbana o que reforça sua dinâmica de expansão e transformação espacial.

Figura 01 - Mapa de Localização do Município de Poções no Território de Identidade Sudoeste Baiano, 2020.



Fonte: Dados do IBGE, 2015. Elaborado por Ferreira, 2020



Nos últimos anos, registou-se um crescimento considerável de estudos sobre essa temática de gênero e sexualidade em diversas áreas do conhecimento. Neste sentido, a Geografia não poderia deixar de contribuir com a discussão, neste aspecto, tem um caráter inovador para a referida ciência. Com o intuito de contribuir no referido debate, para tanto, buscou-se utilizar o território como categoria de análise como espaços de resistências da população LGBTQIA+, bem como das estratégias de gestão do Estado para amenizar as disparidades sociais, existentes no Brasil por meio da implementação de políticas públicas e promoção da participação social.

Como aspectos metodológicos foram adotados o levantamento bibliográfico sobre a temática, bem como o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões e ações do Coletivo Nós da Diversidade e do Centro de Apoio às Mulheres em Situação de Violência (CAMVI) do Município de Poções. Realizou-se entrevistas com representantes das organizações de movimentos sociais sobre gênero e sexualidade no município estudado.

Apesar das relações que envolvem a abordagem do desenvolvimento territorial essa pesquisa apresenta um caráter inovador ao se discutir as políticas de gênero e sexualidade na abordagem do desenvolvimento territorial dentro da perspectiva da ciência geográfica, tal como para a sociedade, pois servirá para estudos futuros e contribui para melhoria do planejamento de políticas públicas para população LGBTQIA+ e mulheres.

METODOLOGIA

Adotou-se como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre a categoria território tais como: Raffestin (1980), Haesbaert (2004), Souza (2013) Silva e Ornat (2014). Sobre a temática das políticas públicas e espaço de participação foram embasados por: Alcantara (2013) Haesbaert (2010) Dias (2016). Para discutir a questão de gênero, sexualidade e participação buscou-se as análises nas contribuições de: Beauvoir (1990), Butler (2004) Bento (2017) Meira (2018); e para relação da questão de gênero sob as análises da Ciência Geográfica, Silva (2009), Silva e Ornat (2014), Gusmão (2015), Paula (2020) e Meira e Ferreira (2022). Também foi realizado um levantamento documental acerca da temática da pesquisa dentro dos espaços de legitimação e participação social existente no município de Poções como o Conselho Municipal de Mulheres e o Conselho Municipal da Diversidade.

Simultaneamente foi realizado o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões do Coletivo Nós da Diversidade e do CAMVI, e de entrevistas com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, e ainda com a Coordenação do CAMVI.



Foram realizados registros fotográficos das reuniões e das ações dos movimentos sociais. Os dados secundários foram coletados nas plataformas digitais dos órgãos de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE); a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) e a Secretária de Proteção e Amparo aos LGBTQIA+.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao tratar sobre a temática deste texto se faz necessário debruçar sobre as questões epistemológicas da categoria território. É indispensável frisar aqui que o debate em torno da categoria território tem sido enriquecido ao decorrer dos anos por contribuições de diversos autores de várias áreas do conhecimento, incluindo as ciências naturais (Ferreira, Alcantara, Costa, 2025).

Neste sentido, é pertinente elucidar aqui as contribuições de Raffestin (1980) que não se deve igualar-se-á o espaço e território, pois o território é uma produção que se concretiza a partir do espaço. Assim, Souza (1995) expressa que a categoria é delimitada pelas relações de poder e a soberania, principalmente no que tange às questões do estado. Nessa direção, Souza (2013) destaca que o espaço geográfico também é um espaço social, e este espaço social, por sua vez, é multifacetado, desta forma, observa-se que o território é uma faceta que compõem este espaço.

Gimenez (2000), por sua vez, expressa que o território é compreendido como o produto da apropriação e valorização do espaço, sendo materializado por meio do trabalho. Segundo Souza (1995), essa concepção envolve um campo de forças que vai do aspecto físico ao ideológico, que se materializa em símbolos de natureza imaterial.

Neste sentido Gimenez diz que:

[...] el territorio sería el resultado de la apropiación y valorización de espacio mediante la representación y el trabajo, una producción a partir del espacio inscrita en el campo del poder por las relaciones que ponen en juego; y en cuanto tal se caracterizaría por su ‘valor de cambio’ y podría representarse metafóricamente como ‘la prision que nos hemos fabricado para nosotros mismo’ (Gimenez, 2000, p. 22).

Tanto Gimenez quanto Souza apontam as “facetas” do território, pois pode ser representado por dimensões naturais e sociais. Destaca-se também no pensamento de Haesbaert (2004) que o território possui três perspectivas de abordagem, sendo: Economicista, relações de Poder e Cultural, é possível frisar ora aqui, que o autor supracitado, em um momento



posterior, acrescenta ao conceito de território uma nova dimensão: a administrativa (Haesbaert, 2021). Ainda no contexto da convergência de pensamentos entre os autores, estes compartilham a concepção de que os territórios podem atuar em diferentes escalas. Nesse sentido, Gimenez destaca a pluralidade de atuação do território ao afirmar que:

Asi definido, el territorio se pluraliza según escalas y niveles historicamente constituídos y sedientados que van desde lo local hasta los upar nacional, pasando por escalas intermédias como las de los municipios o comina, la región, la província, y la nación (Gimenez, 2000, p.24).

Santos (1996) também contribui para a compreensão do território. Apesar de se debruçar em estudar o espaço geográfico em sua totalidade nas análises socioespaciais traz o conceito de “território usado”, ao enxergar e reconhecer o uso e o controle social materializado no território.

Nesta direção, Santos (1996) afirma que o território não é apenas um conjunto dos sistemas naturais e de coisas superpostas, mas sim, como um espaço utilizado e apropriado pela sociedade. Esse espaço delimitado, território usado, possui uma identidade, que vai além do chão, e que representa o sentimento de pertencer a algo. Além disso, a categoria é fundamental para as atividades humanas como: trabalho, moradia, trocas materiais e espirituais, e para a reprodução da vida em geral.

No que tange a relação de território e poder essa perspectiva tem-se a contribuição dos geógrafos Silva e Ornat (2014) ao acrescentar as relações de poder que se ampliar para além do estado, desta forma, o território se define por meio das disputas que tange as questões gênero, sexualidade e radicalidade.

A respeito da dinâmica do desenvolvimento territorial, sobretudo, ao pensar em políticas públicas e espaço de participação popular/social, Haesbaert (2010) ressalta que a utilização do território para criação, bem como implementação de políticas públicas não é característica particular do Brasil, mas também de outros países que adotaram como forma de ordenamento e planejamento.

Neste cerne, Alcantara (2013) pontua que as categorias de análises da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o planejamento e gestão de política públicas, neste caso aqui, merece destaque o território. Pois, essa categoria está diretamente vinculada à reprodução da sociedade no espaço. Desta forma, são construídos temas de investigação como gênero, sexualidade e políticas públicas, que recaem sobre a perspectiva da análise geográfica.

Na perspectiva institucional de criação de políticas públicas e escuta social no processo de democratização na criação e na implementação destas ações, Dias (2016) acrescenta que a Secretaria de Desenvolvimento Territorial é o órgão que dá o devido suporte a um processo que envolve as questões sociais juntamente com o desenvolvimento econômico. Por este motivo, o



desenvolvimento territorial se dá por meio da mobilização de fatores econômicos, sociais e políticos/institucionais.

Assim, é possível trazer as contribuições do Economista e Filósofo Sen (2000) ao afirmar que o desenvolvimento está muito além da acumulação de riquezas e da elevação de dados econômicos, e sim, no desenvolvimento, ou melhor, emancipação social dos sujeitos.

No entanto, é preciso elucidar as contribuições que auxiliam no entendimento do debate de gênero e sexualidade, pois as políticas públicas que auxiliam e amenizam as disparidades sociais relacionadas ao gênero e sexualidade no Brasil, são somatórios para o almejado desenvolvimento social e econômico. Conforme Sen (2000) visa autonomia e participação destes sujeitos no planejamento e na gestão de políticas para alcançar o desenvolvimento

Segundo Butler (2004) a concepção de uma construção social sobre o gênero ampliando as possibilidades de se performar o gênero diferente de Beauvoir (1990). Neste sentido, é necessário elucidar as contribuições de Foucault (1977) ao elucidar que as questões que envolvem o gênero e a sexualidade estão silenciadas, pois são entrelaçadas as questões de poder e a construção das sociedades no geral foram pautadas na heterocisnormatividade, conforme apontam Santos & Menezes (2024) ao afirmar que “[...] a forma patriarcal da produção social está imersa nas estruturas que determinam a realidade observada sob a dimensão espacial[...]”. Os autores supracitados ainda expressam que há uma limitação na produção espacial destinado a mulheres tidas como o sexo frágil durante muito tempo:

Em geral, tende a se referir aos comportamentos e papéis constituídos historicamente entre homens e mulheres na reprodução social. Portanto, foca no caráter desigual com que, nas instâncias da produção e da reprodução social, participam homens e mulheres. Apontam, para isso, a denúncia do papel subsumido das mulheres na configuração socioespacial (Santos & Menezes, 2024, p. 2).

Segundo os referidos autores que tecem uma crítica às desigualdades de gênero historicamente construídas e reproduzidas nas dinâmicas socioespaciais. Ao destacar que os papéis de homens e mulheres na reprodução social foram constituídos de forma desigual, eles chamam a atenção para o modo como o espaço e a sociedade refletem e reforçam essas assimetrias. Assim, a “denúncia do papel subsumido das mulheres” aponta para a necessidade de repensar a configuração socioespacial a partir de uma perspectiva que reconheça e valorize a participação feminina, e aqui acrescenta-se a participação da população LGBTQIA+, frequentemente invisibilizada nos processos de produção e reprodução do espaço

Nesta quadra, observa-se as proposições de Silva e Ornat (2014) sobre o território. Observa-se também as contribuições Meira e Ferreira (2022) ao afirmarem que existem



marcadores sociais que deixam a situação de um sujeito mais vulnerável socialmente e quanto maiores os marcadores de identidades que um sujeito possui, maiores serão os preconceitos e barreiras que a sociedade vai impor a este sujeito.

Para Silva (2009) a discussão do saber geográfico sobre temáticas que envolvem temas subversivos ficou refém da construção da heterocisnormatividade consolidada na Geografia. A autora rebate a respeito da importância de se consolidar uma geografia que debruce e analise os temas dissidentes e, até mesmo ao fazer a relação entre a geografia e a teoria *queer*, bem como as demais ciências sociais.

Paula (2020), por sua vez, expressa que o principal objetivo da geografia em se estudar gênero e demais temas dissidentes consiste em analisar as desigualdades socioespaciais destinadas pela sociedade a homens e mulheres e que essas relações adentram na vida dos sujeitos em todos os âmbitos e não se deve ignorar.

Sobre as políticas públicas de gênero e sexualidade em Poções-BA observa-se que cada um está em uma fase diferente de políticas dentro do Ciclo das Políticas Públicas apresentado por Secchi (2012): Identificar o problema; formar agenda; formular alternativas; tomar decisões; implementação; avaliação e por fim a extinção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante destacar a criação de espaços coletivos não governamentais, a exemplo do Coletivo Nós da Diversidade, incentivado pelas ações do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na cidade de Poções - BA, que tem o intuito de buscar políticas públicas para o público LGBTQIA+. O referido coletivo foi formado em meados de dezembro de 2019 com a primeira reunião de formação na Filarmônica 22 de julho e sua segunda reunião de lançamento e planejamento para o evento de divulgação do coletivo conforme Figura 02.



Figura 02 – Foto da primeira reunião do Coletivo Nós da Diversidade em 4 de dezembro de 2019 na Filarmônica 22 de Julho em Poções- BA



Fonte: Mídia Social do Coletivo Nós da Diversidade, 2019.

Em sua dinâmica de funcionamento é composta por reuniões, mesas redondas, palestras e exibição de filmes e documentários relacionados à população LGBTQIA+. Ao tratar das ações do coletivo, o presidente relata em entrevista que, desde quando foi criado, as ações foram desenvolvidas mesmo no período da pandemia, respeitando as restrições impostas.

O coletivo Nós da Diversidade tem ações baseadas em três pilares que são: formação, informação e cultura. Outro aspecto interessante é que o coletivo tem um trabalho de formação continuada com os seus membros.

O presidente do coletivo relata, em entrevista⁴, as dificuldades enfrentadas ao trabalhar com temáticas relacionadas à diversidade, especialmente em pequenas cidades do interior, como Poções - BA. Como exemplo, ele relembra um episódio em que uma escola se recusou a

⁴ Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178



reconhecer o nome social de um aluno trans. Mesmo após a família recorrer à Secretaria de Educação do município e à Câmara de Vereadores, o direito do estudante continuou sendo negado. É importante destacar que o uso do nome social é um direito garantido pelo Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, e pela Portaria Estadual nº 392/2014, de 28 de maio de 2014.

O presidente relata ainda, que as ações do coletivo transgridem os limites municipais, pois atende alguns municípios do Território Identidade Sudoeste Baiano (TSB), a exemplo, Mirante, Bom Jesus da Serra e Planalto. Ele, também, destaca a importância da política de desenvolvimento territorial. Pois, o coletivo nasceu das inquietações da população por meio das reuniões da câmara de cultura do TSB provocadas pelo NEDET/UESB.

É importante destacar que a cidade de Poções foi a primeira do TSB a instituir o Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero, criado pela Lei Municipal nº 1.313, de 1º de julho de 2021. Esse fato evidencia como a atuação do Coletivo Nós da Diversidade tem contribuído para transformar os espaços no município. Vale ressaltar, ainda, que as ações do coletivo não se limitam ao espaço urbano, estendendo-se também às áreas rurais.

O presidente do coletivo, também, enfatiza que, nos espaços de participação social, mulheres e pessoas LGBTQIA+, ou de modo mais amplo, todos os indivíduos que possuem marcadores sociais, deveriam ocupar posições de protagonismo. No entanto, segundo ele, quando essas populações conseguem acessar tais espaços, frequentemente são marginalizadas, pois outras pautas acabam recebendo prioridade. Ele relata:

Essas pautas que são voltadas para as minorias ficam sempre em segundo plano. Se der, a gente trabalha; se não der, paciência. Ninguém se importa com o que vai acontecer com as bichas, nem com as lésbicas [...] e isso é histórico no Brasil (Entrevista realizada com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, Poções – BA, em 10/08/2022).

O entrevistado reforça a importância em discutir as questões de gênero e sexualidade nos espaços de participação social, especialmente quando se trata da formulação e implementação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ e às mulheres. Ele observa que esses grupos foram historicamente excluídos e relegados aos “calabouços da sociedade brasileira”. Além disso, destaca que, para além do preconceito relacionado à sexualidade e ao gênero, há ainda outros marcadores sociais que agravam as desigualdades e dificultam o acesso pleno aos direitos e à cidadania.

O município de Poções também conta com o Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência (CAMVI), localizado na Rua Sete de Setembro, nº 146, no centro da cidade. Esse equipamento público tem como objetivo oferecer acolhimento, orientação e acompanhamento

às mulheres que vivenciam situações de violência, contribuindo para a garantia de seus direitos e para o fortalecimento das políticas de proteção à mulher no município. Na Figura 03, observa-se a fachada do Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência de Poções - BA.

Figura 03 – Foto da Fachada do Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência da Cidade de Poções – BA, 2022



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

É possível observar na fotografia da figura 03 a aquisição do veículo representa um importante avanço para o fortalecimento das ações do CAMVI em Poções - BA. O automóvel foi disponibilizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM) com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento e mobilidade da equipe técnica do centro.

Com esse recurso, segundo a coordenadora⁵, o CAMVI passou a contar com melhores condições para realizar visitas domiciliares, acompanhamentos externos, encaminhamentos a outros órgãos da rede de proteção e ações de prevenção e sensibilização em comunidades urbanas e rurais. Assim, a entrega do veículo contribui para tornar o atendimento mais ágil,

⁵ Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178



acessível e humanizado, ao reforçar o compromisso com o enfrentamento à violência de gênero e a promoção dos direitos das mulheres no município de Poções - BA.

Conforme relata a coordenadora do CAMVI, o espaço inicialmente atendia todas as mulheres, independentemente do ciclo de violência em que se encontravam. Contudo, após o reconhecimento do centro pelo Estado como um Centro de Referência de Atendimento às Mulheres (CRAM), passou-se a estabelecer um público prioritário: mulheres adultas e adolescentes emancipadas.

De acordo com a coordenadora, as principais ações do CAMVI estão estruturadas em quatro eixos fundamentais: prevenção, combate, assistência e garantia de direitos. Como centro de apoio às mulheres, o primeiro serviço oferecido é o acolhimento humanizado, que se baseia em uma escuta sensível e sem julgamentos, acolhendo a mulher desde o seu primeiro contato com a instituição.

O processo inicia-se na recepção, com a coleta das informações de identificação. Em seguida, a mulher é atendida por uma dupla técnica, composta geralmente por uma assistente social e uma psicóloga. A psicóloga atua na compreensão da subjetividade e dos aspectos emocionais, enquanto a assistente social analisa o contexto sociofamiliar e as condições de vulnerabilidade da usuária.

A partir desse atendimento inicial, são avaliadas as necessidades de acompanhamento e agendamentos futuros, ao considerar que o centro oferece atendimento psicossocial e orientações jurídicas. Após essa primeira escuta, inicia-se o acompanhamento continuado, conforme as demandas identificadas.

Cabe destacar que o CAMVI não realiza psicoterapia, mas desenvolve um trabalho voltado ao reconhecimento, à autonomia e à autodeterminação das mulheres, buscando fortalecê-las em seus processos de decisão e superação da violência. Os atendimentos técnico-operativos e os acompanhamentos são realizados conforme a necessidade de encaminhamento para outros serviços da rede de proteção.

Ao ser questionada sobre as ações do CAMVI e a relação com as políticas de gênero e sexualidade a coordenadora assume que conhece a política, que inclusive, participou de eventos promovidos pelo NEDET/UESB antes da efetivação do Centro de Apoio, mas depois não se teve mais entrosamento com essa política, todavia, ressalta que está tendo diálogos com as instituições do Estado.

Outro fato relevante constatar que Poções ainda não constituiu um conselho municipal de mulheres, apesar de ter ações do NEDET/UESB e Coletivos até aquele momento não



conseguiu promover a criação deste espaço de participação. Conforme pode observar no fragmento da entrevista da Coordenadora do CAMVI:

Teve até reuniões, nós criamos uma audiência pública, já enquanto CRAM, em parceria com a vereadora Larissa Laranjeira, mas, infelizmente, tudo em Poções tem uma dificuldade muito grande, não teve quórum. Existia até uma leitura, porque já existia algo anterior a isso. A gente, até em forma de respeitar todos os esforços anteriores a gente colocou; precisa ainda da lei, o conselho ainda precisa ser criado. Existem alguns trâmites, mas está bem encaminhado (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Constatou-se a existência de parcerias entre o CAMVI e o Coletivo Nós da Diversidade, voltadas para o atendimento e acompanhamento de mulheres trans em situação de vulnerabilidade. Essa articulação demonstra a importância da atuação em rede entre as instituições locais que trabalham com gênero, diversidade e direitos humanos, pois fortalece as estratégias de acolhimento e inclusão social.

Por meio dessa parceria, o Coletivo Nós da Diversidade atua como um elo fundamental entre a população LGBTQIA+ e o CAMVI que contribui para identificar demandas específicas e promover o acesso dessas mulheres aos serviços de proteção, orientação jurídica e acompanhamento psicossocial.

Essa cooperação reforça o compromisso das duas instituições com a promoção da equidade de gênero e o enfrentamento das violências baseadas em preconceito e discriminação, faz com que amplie o alcance das políticas públicas voltadas às mulheres e a população LGBTQIA+ no município de Poções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, é sabido que a questão de Gênero e Sexualidade está inserida nas pautas das discussões no município de Poções – BA apresenta avanços significativos nas pautas das políticas públicas voltadas às questões de gênero e sexualidade, ainda que de forma gradual e com diversas limitações estruturais e institucionais.

As ações do Coletivo Nós da Diversidade e do Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência demonstram o protagonismo social e a importância da mobilização comunitária na promoção dos direitos da população LGBTQIA+ e das mulheres. No entanto, a efetivação dessas políticas depende da consolidação de espaços permanentes de diálogo e participação social como exemplo os conselhos municipais.



Verificou-se também que a atuação dos movimentos sociais e coletivos locais é essencial para o fortalecimento da cidadania e da equidade de gênero. O Coletivo Nós da Diversidade, por exemplo, tem ampliado as discussões sobre a diversidade sexual e de gênero no território, atuando de forma articulada com instituições regionais e estaduais. Essa atuação tem contribuído para a criação de novas perspectivas sobre o papel das políticas públicas no combate às desigualdades e na valorização das identidades dissidentes dentro do espaço geográfico.

Ainda há desafios que comprometem o avanço dessas políticas no município. A ausência de um Conselho Municipal de Mulheres, a descontinuidade de ações e a falta de integração entre os diferentes setores do poder público e da sociedade civil demonstram que as iniciativas existentes não têm sido suficientes para garantir a efetividade das políticas de gênero e sexualidade. Além disso, persistem barreiras culturais e institucionais que dificultam o reconhecimento pleno dos direitos das minorias sexuais e das mulheres.

A análise territorial mostrou que o desenvolvimento territorial está diretamente relacionado à capacidade de promover justiça e inclusão. Assim, pensar o território como espaço de resistência e de construção de novas subjetividades permite compreender como as políticas públicas podem ser instrumentos de emancipação social. Essa perspectiva amplia o entendimento de que o desenvolvimento não se limita a indicadores econômicos, mas envolve também a garantia de liberdade, dignidade e participação social.

Em síntese, a experiência de Poções – BA desvela tanto os avanços quanto às lacunas na implementação de políticas públicas de gênero e sexualidade. O fortalecimento dessas ações requer uma gestão comprometida com a participação social, a intersetorialidade e a educação para a diversidade. Somente por meio da articulação entre Estado, universidade e sociedade civil será possível consolidar um território mais justo, democrático e inclusivo, onde todas as identidades possam existir e resistir plenamente.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do Nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese de Doutorado do Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2017.

BAHIA. Decreto nº 17.523, de 23 de março de 2017. **Dispõe sobre o uso do nome social por pessoas travestis ou transexuais nos órgãos e entidades da administração pública direta**



e indireta do Estado da Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, n. 22.138, p. 1-2, 24 mar. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022.** Brasília: IBGE, 2025.

_____. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 abr. 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo: I Mitos e Fatos.** 2 ed. Editora difusão Europeia do livro. São Paulo. 1990.

BUTLER, J. **Undoing gender.** Nova York. Routledge. 2004.

DIAS, W. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios.** 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana - BA, 2016.]

FERREIRA, L. A. T.; ALCANTARA, F. V. de; COSTA, J. E. Territórios de resistência e diversidade: uma análise sobre os espaços de sociabilidades LGBTQIA+ em Poções –Bahia – Brasil. **Boletim Alfenense de Geografia.** Alfenas. v. 5, n.9, p. 56-20, 2025. ISSN: 2764-1422.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

GIMENEZ, G. Territorio, cultura e identidades. In: ORTEGA, R. R. (Org.). **Globalización y regiones en México.** 2000. p. 19-33

GUSMÃO, R. V. **Alteridade e subversão na pós-modernidade.** In: Colóquio do Museu Pedagógico Vitória da Conquista – BA, v. 13, n. 1, 2015.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade : sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina** - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: 2021

_____. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: NETO, A. S. C.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. S. (Orgs.). **(GEO)grafia dos movimentos sociais.** Feira de Santana - BA: UEFS Editora, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.

MEIRA, C. S. A territorialidade homoafetiva em Salvador (BA) no bairro Rio Vermelho. **Revista Tocantinense de Geografia,** Araguaína, v. 7, n. 12, abr./jul. 2018.

MEIRA, C. S.; FERREIRA, L. A. T. **Gênero, Sexualidade e Identidade em suas diferentes análises.** Belo Horizonte-MG: Editora Poisson, 2022.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online),** [S. l.], v, 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087. Acesso em: 26 dez. 2022.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

PAULA, L. A. C. DE. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e de r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de ciência e tecnologia – FCT, Presidente Prudente - SP, 2020.

POÇÕES - BA. **Criação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero**. Lei nº 1313, de 1º de julho de 2021. Diário Oficial do Município de Poções, Poções, Ba, jul, 202.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, J. de A. A. e; MENEZES, S. Estudos de gênero na geografia: uma análise sobre o desenvolvimento da temática nas pesquisas geográficas. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)**, São Paulo: AGB, 2024. p. 1–18

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. 1ed. Companhia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. – Parte dos capítulos Disponível em: Acesso em: 23 ago. 2022.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa - PR Editora: Toda Palavra, 2009.

SILVA, S. F. **A produção e valorização do espaço no bairro Indaiá, Poções –Bahia**. 2017. Monografia (Graduação em Geografia) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. **O Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro / RJ. Bertrand Brasil, 1995.